

Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A.

CNPJ nº 17.118.230/0001-52 - NIRE 35.300.470.664

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 16 (dezesseis) dias de dezembro de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A.** ("Companhia" ou "Emissora"), na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01452-000. **2. Convocação e Presença:** Comparecem todos os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme lista de presença ao final anexada (Anexo I). Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos Acionistas da Companhia, em conformidade com o disposto do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76 e parágrafo 2º do artigo 1.072, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **3. Mesa:** Arthur Matarazzo Braga – Presidente; Astério Vaz Safatle- Secretário. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre: **(i)** a obtenção de financiamento, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Resolução CMN.2.686"), por intermédio da *Décima Segunda Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Espécie Com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A. ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures")*, no valor total de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); para a utilização, direta ou indiretamente, por meio de sociedades controladas, para a construção (a) do empreendimento sem denominação especial, comercializado com o nome fantasia "Loteamento Arujá", na modalidade de loteamento, nos termos da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, localizado na cidade de Loteaj, Estado de São Paulo, cujo loteamento encontra-se registrado na R.04 da matrícula nº 641 do Serviço de Registro de Imóveis de Arujá, Estado de São Paulo; e (b) do empreendimento sem denominação especial, comercializado com o nome fantasia "Paulínia La Dolce Vita 2", na modalidade de loteamento, nos termos da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, localizado na cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, cujo loteamento encontra-se registrado na R.05 da matrícula nº 35.196 do 4º Oficial de Registro de Imóveis de Campinas, Estado de São Paulo ("Empreendimentos Alvo" ou "Imóveis Alvo"), debêntures que serão oportunamente subscritas por **Travessia Securitizadora S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia securritizadora perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") código 24082, categoria S1, e devidamente autorizada a funcionar como companhia securritizadora nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60") com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 41, 13º Andar, sala 01, Itaim Bibi, CEP 04533-010, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.609.050/0001-64 ("Debenturista" ou "Securitizadora"), a Securitizadora, por sua vez, emitirá 01 (uma) Cédula de Crédito Imobiliário integral por meio do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral, sem Garantia Real Imobiliária, sob a Forma Escritural" ("CCI"), para apresentar os créditos imobiliários decorrentes das Debêntures ("Créditos Imobiliários"), que serão vinculados como lastro da 61ª Emissão, Em Série Única, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da *Travessia Securitizadora S.A.* ("CRI"), conforme "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 61ª Emissão, Em Série Única, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Travessia Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A.", celebrado entre a Securitizadora e **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira, inscrita no CNPJ sob o n.º 22.610.500/0001-88, com sede na Rua Gilberto Sabino, n.º 215 – 4º andar Pinheiros, CEP 05425-020, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Agente Fidejuário" e todo o conjunto "Operação de Securitização"); **(ii)** a obtenção de financiamento incluirá a outorga de garantia real, na modalidade de cessão fiduciária dos direitos creditórios das subsidiárias da Companhia, notadamente, i) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da **Paulínia 288 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01452-000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 54.546.915/0001-26, correspondentes 100% (cem por cento) da receita total de venda dos lotes comercializados, do empreendimento "Paulínia La Dolce Vita 2" ("Direitos Creditórios Paulínia"); e **(ii)** a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, de titularidade da ARUJÁ 176 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º andar, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01452-000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 47.812.596/0001-98, correspondentes a: (i.ii.a) 100% (cem por cento) da receita total de venda dos primeiros 67 (sessenta e sete) lotes comercializados, e (i.ii.b) 38,57% (trinta e oito inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) da receita total de venda dos demais lotes, a partir da comercialização do 68º (sexagésimo oitavo) lote em diante, do "Loteamento Arujá" ("Direitos Creditórios Arujá"), a ser constituída nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"); **(iii)** autorizar os diretores da Companhia para (a) praticar os atos necessários à formalização correta e eficaz da competente escritura de emissão das Debêntures e efetivação das demais operações aprovadas, **(b)** contratar os prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao agente de liquidação e Escriturador das Debêntures, agente fiduciário, agente de cobrança, agente de cobrança alternativo e assessor legal; **(c)** negociar, firmar os termos e celebrar todos os instrumentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta Privada, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão bem como os pertinentes contratos de prestação de serviços; e **(d)** bem como, para tomar todas as demais providências necessárias para a efetivação da Emissão, tudo conforme as seguintes características e condições das Debêntures conforme as seguintes condições: **Características da Emissão de Debêntures:** **i. Número da emissão:** a Emissão constituirá a 12ª (décima segunda) emissão de Debêntures da Companhia; **ii. Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será até 16 de dezembro de 2024; **iii. Valor Total da Emissão:** O valor Total da Emissão será de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); **iv. Número de Séries:** A Emissão será realizada em Série Única; **v. Vinculação à Emissão de CRI:** As Debêntures serão vinculadas aos CRI, os quais serão objeto da Oferta, de modo que os Créditos Imobiliários serão vinculados aos CRI, como lastro, até os respectivos vencimentos e até que se complete a consequente liquidação integral destes. **vi. Titularidade das Debêntures.** Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures presume-se pela inscrição do Debenturista no livro de registro de debêntures nominativas da Emissora ("Livro de Registro de Debêntures Nominativas"), nos termos dos artigos 63 e 31 da Lei 6.404. **vii. Administração dos Créditos Imobiliários.** As atividades relacionadas à administração dos Créditos Imobiliários serão exercidas, a partir da presente data, pela Securitizadora, incluindo-se nessas atividades, principalmente, mas sem limitação: o cálculo e envio de informação a Emissora previamente às suas datas de vencimento quanto ao valor das parcelas brutas decorrentes da Escritura de Emissão, bem como o saldo devedor atualizado das Debêntures, além do recebimento, de forma direta e exclusiva, de todos os pagamentos que vierem a ser efetuados por conta dos Créditos Imobiliários na Conta Centralizadora, deles dando quitação. **Características das Debêntures:** **1.1. Local de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, o local da Emissão de Debêntures é a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **1.2. Forma das Debêntures.** As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, registrado no Livro de Registro de Debêntures. **1.3. Prazo e Data de Vencimento.** As Debêntures terão prazo de 1.087 (um mil e oitenta e sete) dias contados da Data Emissão, vencendo na última Data de Pagamento prevista no Cronograma de Pagamentos, qual seja, o dia 08 de dezembro de 2027, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, nos termos deste instrumento. **1.4. Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (um mil real), na Data de Emissão. **1.5. Quantidade.** Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures. **1.6. Subscrição.** As Debêntures serão subscritas pela Securitizadora, mediante a assinatura do respectivo Boletim de Subscrição, bem como pela inscrição de seu nome no Livro de Registro de Debêntures Nominativas. **1.6.1.** As Debêntures que não forem efetivamente integralizadas até o encerramento da Oferta dos CRI (conforme previsto no Termo de Securitização) serão canceladas pela Emissora, sendo certo que os Documentos da Operação aplicáveis poderão ser adotados, sem necessidade de aprovação em Assembleia Especial de Titulares dos CRI, para retificar a quantidade de Debêntures emitidas, valor total da emissão e demais ajustes aplicáveis em razão do disposto aqui, sem qualquer ônus para Securitizadora, na qualidade de subscritora das Debêntures. **1.7. Conversibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora. **1.8. Espécie.** Nos termos do artigo 58, caput, da Lei 6.404, as Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. **1.9. Garantias.** As Debêntures possuem as seguintes garantias, as quais conferem privilégio especial a seus titulares sobre ativos da Emissora em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures: (a) Fiança; (b) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e (c) o Fundo de Despesas. **1.10. Integralização.** As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, exclusivamente com recursos oriundos da integralização dos CRI, pelo Preço de Integralização, e será feita de forma parcial ou total, nas respectivas Datas de Integralização de Debêntures. **1.10.1.** Uma vez satisfeitas as respectivas Condições Precedentes e após as retenções listadas na Cláusula 4.10.2, a Securitizadora realizará a liberação dos recursos à Emissora, na Conta da Devedora. **1.10.2.** A Emissora desde já autoriza a Securitizadora a deduzir os montantes abaixo descritos da Liberação e aplicá-los, por conta e ordem da Emissora, da seguinte forma e observada a seguinte ordem: **(i)** Pagamento das Despesas Iniciais, diretamente pela Securitizadora, por conta e ordem da Emissora, observado o quanto previsto no Anexo IV deste instrumento; **(ii)** Constituição do Fundo de Despesas, por meio da retenção do Valor Inicial do Fundo de Despe-

sas; **(iii)** Liberação do valor remanescente o qual será liberado à Emissora, mediante transferência de recursos para a Conta da Devedora, em até 1 (um) Dia Útil após o cumprimento das Condições Precedentes. **1.10.3.** Condição Resolutiva. A não verificação do cumprimento integral e cumulativo, pela Emissora, das Condições Precedentes em até 60 (sessenta) dias contados desta data (prorrogáveis, uma única vez, por 30 (trinta) dias adicionais, exclusivamente na hipótese da Emissora comprovar que está cumprindo ou diligenciando para cumprir eventuais exigências formuladas por Cartório(s), Junta(s) Comercial(is) e outras autoridades ou órgãos fiscalizadores) acarretará a rescisão de pleno direito deste instrumento, independentemente de qualquer interpelação, aviso e/ou notificação, judicial ou extrajudicial e este instrumento estará resolvido de pleno direito, nos termos do artigo 127 do Código Civil. Nesta hipótese: **(i)** A Securitizadora deixará de ter qualquer obrigação de pagamento de recursos à Emissora; **(ii)** A Emissora ficará obrigada a pagar e/ou reembolsar, conforme o caso, a Securitizadora, conforme aplicável, por todos os custos comprovadamente incorridos para realização da Operação, limitados ao valor das Despesas Iniciais, as quais incluem, também, eventuais comissões ou fees integrantes da lista de tais Despesas Iniciais, o que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contado de notificação da Securitizadora nesse sentido; **(iii)** Todo e qualquer recurso existente na Conta Centralizadora, incluindo eventuais rendimentos oriundos dos Investimentos Permitidos, serão utilizados para satisfação das obrigações devidas aos Titulares dos CRI; e **(iv)** A Emissora será exclusivamente responsável por quaisquer diferenças entre os recursos previstos no item anterior e os recursos devidos aos Titulares dos CRI, conforme disposto no Termo de Securitização. **1.10.4. Direito de Retenção.** Sem prejuízo do acima disposto, e para que não existam dúvidas entre as Partes, ainda que as Condições Precedentes aplicáveis tenham sido cumpridas, nenhuma integralização de Debêntures, e/ou integralização de CRI, bem como nenhuma Liberação, disponibilização, devolução, pagamento e/ou reembolso de qualquer valor à Emissora será realizado se, no momento da respectiva integralização, Liberação, disponibilização, devolução, pagamento e/ou reembolso, qualquer das partes envolvidas na Operação constatar que a Emissora ou Garantidores descumpriram com qualquer obrigação prevista no âmbito dos Documentos da Operação e/ou ocorreu algum Evento de Vencimento Antecipado. **1.10.5. Investimentos Permitidos.** Os valores existentes na Conta Centralizadora, inclusive os Fundos, ali mantidos enquanto não cumpridas as Condições Precedentes, bem como os recursos existentes nos Fundos, poderão ser investidos pela Securitizadora nos Investimentos Permitidos. **1.10.6.** Todos os Investimentos Permitidos realizados nos termos desta Cláusula deverão ser resgatados de maneira que estejam imediatamente disponíveis na Conta Centralizadora para a realização de qualquer pagamento devido. Eventuais retenções de impostos decorrentes dos rendimentos dos Investimentos Permitidos pertencerão com exclusividade à Securitizadora, sendo que todo e qualquer rendimento oriundo da aplicação nos Investimentos Permitidos, líquido de impostos, e quaisquer outros encargos que forem deduzidos, serão acrescidos ou deduzidos, conforme o caso, aos/dos valores devidos à Emissora. Não serão devidos ou apurados pela Securitizadora à Emissora ou aos Titulares dos CRI, nem integrarão o Patrimônio Separado, quaisquer rendimentos sobre os recursos depositados transitoriamente na Conta Centralizadora, a que título for. **1.10.7.** Os recursos oriundos dos rendimentos auferidos com os Fundos nos Investimentos Permitidos integrarão o Patrimônio Separado, livres de quaisquer impostos. A Securitizadora não terá qualquer responsabilidade com relação a quaisquer eventuais prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos, ou despesas resultantes das aplicações em tais investimentos, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por demoras (não resultante de transgressão deliberada) no investimento, reinvestimento ou liquidação dos referidos investimentos, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras. A isenção da responsabilidade acima não será aplicada, caso seja constatada má fé da Securitizadora no ato do investimento em título sem liquidez diária, se comprovado em decisão transitado em julgado ou decisão do órgão regulador. **1.10.8. Local de Pagamento.** Os pagamentos devidos pela Emissora em decorrência da Emissão de Debêntures serão efetuados exclusivamente mediante depósito na Conta Centralizadora. **1.11. Atualização Monetária.** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado mensalmente pela variação positiva do IPCA ("Atualização Monetária"), calculado de forma exponencial e cumulativa por rata temporis por Dias Úteis, desde a primeira Data de Integralização dos CRI ou desde a última Data de Pagamento o que ocorrer por último, inclusive, até a próxima Data de Pagamento, exclusive, sendo que o produto da Atualização Monetária das Debêntures será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde: VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, da primeira data de integralização dos CRI, ou da última Data de Pagamento, ou da data da última amortização ou incorporação dos Juros Remuneratórios, se houver, o que ocorrer por último, calculado com 08 (oito) casas decimais, sem arredondamento; C = fator acumulado das variações positivas mensais dos números-índice do IPCA utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left(\frac{N_{Ik}}{N_{Ik-1}} \right)^{\text{dup}_{\text{int}}}$$

onde: n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária, sendo "n" um número inteiro; N_{Ik} = valor do número-índice do IPCA referente ao segundo mês imediatamente anterior ao mês da Data de Pagamento, divulgado no mês anterior ao da Data de Pagamento. Por exemplo, para a Data de Pagamento todo mês de agosto, será considerado como N_{Ik} o valor do número-índice do IPCA do mês de junho, divulgado no mês de Julho; N_{Ik-1} = Número índice do IPCA referente ao mês anterior ao mês k; dup = número de Dias Úteis entre a primeira Data de Integralização dos CRI para o caso do primeiro Período de Capitalização, inclusive, ou última Data de Pagamento, para os demais períodos, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "dup" um número inteiro; e dut = número de Dias Úteis entre a Data de Pagamento imediatamente anterior, inclusive, e a próxima Data de Pagamento, exclusive, sendo "dut" um número inteiro. Exclusivamente para a primeira Data de Pagamento, "dut" será considerado como sendo 21 (vinte e um) Dias Úteis. Sendo que: (i) a aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade; (ii) o número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pela FGV; (iii) considerase como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Pagamento consecutivas; e (iv) caso o número índice do IPCA utilizado para o cálculo do saldo devedor das Debêntures seja diferente do considerado para o pagamento do CRI, a Securitizadora deverá fazer o ajuste até 1 (um) Dia Útil antes do pagamento dos CRI para que o titular dos CRI receba o valor integral acordado. **1.11.1.** Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA na data do cálculo da Atualização Monetária, será utilizado o último número-índice divulgado. Caso a não divulgação do IPCA por prazo superior a 15 (quinze) dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pela (i) a taxa que vier legalmente a substituir o IPCA; ou (ii) no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, a Securitizadora ou o Agente Fidejuário dos CRI, conforme o caso, deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de quaisquer dos eventos referidos acima, Assembleia Especial de Titulares dos CRI, a qual terá como objeto a deliberação pelos Titulares dos CRI, de comum acordo com a Securitizadora e a Emissora, sobre o novo parâmetro de remuneração dos CRI e consequentemente das Debêntures ("Taxa Substitutiva"). **1.11.2.** Até a deliberação da Taxa Substitutiva ou indisponibilidade temporária ou ausência de apuração do IPCA por menos de 15 (quinze) dias após a data esperada para sua divulgação, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão de Debêntures, a variação do último valor de IPCA divulgado oficialmente, até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Securitizadora e os Titulares do CRI quando da divulgação posterior da taxa-índice de remuneração/atualização que seria aplicável. **1.11.3.** Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Especial de Titulares do CRI, a referida Assembleia de Titulares dos CRI não será mais realizada, e o IPCA divulgado passará novamente a ser utilizado para o cálculo da atualização do Valor Nominal Unitário. **1.11.4.** Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva (ou caso não seja instalada a assembleia geral de Titulares dos CRI para deliberação da Taxa Substitutiva, ou, ainda, caso instalada a assembleia de Titulares dos CRI, não haja quórum para deliberação em primeira ou em segunda convocação), a Securitizadora deverá, no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis contados (i) da data de encerramento da respectiva assembleia dos Titulares dos CRI; (ii) da data em que tal assembleia dos Titulares dos CRI deveria ter ocorrido, ou, se for o caso, em outro prazo que venha a ser definido em referida assembleia dos Titulares dos CRI, pagar à Securitizadora a integralidade do saldo devedor dos CRI, devendo ser considerado a variação do último valor de IPCA divulgado oficialmente para tal cálculo. **1.12. Remuneração.** Sem prejuízo da Atualização Monetária prevista nos termos da Cláusula 4.11 acima, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 13,25% (treze inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa por rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento imediatamente anterior, inclusive, conforme o caso, até a data de cálculo, conforme fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

onde: J = valor unitário da Remuneração devida no final do i-ésimo período de capitalização,

calculada com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento; VNa = conforme definido acima; Fator Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{252}}$$

onde: spread: 13,2500 (treze inteiros e dois mil e quinhentos décimos de milésimos), informado com 4 (quatro) casas decimais; dup = conforme definido acima. Excepcionalmente (i) na primeira Data de Pagamento de Juros Remuneratórios, deverá ser acrescido aos Juros Remuneratórios devido um prêmio equivalente ao produtivo do "Fator de Juros" de 1 (um) dia útil, e (ii) na primeira Data de Pagamento deverá ser acrescido um valor equivalente ao produtivo do fator de correção equivalente a 1 (um) dia útil, calculado por rata temporis. 1.12.1. A Remuneração será paga mensalmente, sempre nos dias previstos no cronograma de pagamento das Debêntures previstos no Anexo I a esta Escritura de Emissão de Debêntures ("Data de Pagamento"), prioritariamente com os recursos dos Direitos Creditórios, nos termos da Cascata de Pagamentos. **1.13. Amortização Programada.** O pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado será realizado nas Datas de Pagamento previstas no Anexo I à presente Escritura de Emissão de Debêntures, conforme fórmula abaixo:

$$AMI = VNa \times Tai$$

onde: AMI = Valor unitário da i-ésima parcela de amortização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; VNa = conforme definido acima; e Tai = Taxa de amortização para o período em específico, expressa em percentual, com 4 (quatro) casas decimais de acordo com a tabela constante do Anexo I desta Escritura de Emissão de Debêntures. **1.13.1.** Todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão de Debêntures deverão ser disponibilizados pela Emissora à Securitizadora, em cada data estabelecida no Anexo I desta Escritura de Emissão de Debêntures. **1.13.2.** Em qualquer hipótese, a amortização deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures. **1.14. Amortização Extraordinária.** As Debêntures serão amortizadas de forma extraordinária exclusivamente de acordo com o disposto nesta Cláusula 4.14, e seguintes. **1.14.1.** Amortização Extraordinária Compulsória. As Debêntures deverão ser amortizadas extraordinariamente em uma Data de Pagamento, de forma compulsória ("Amortização Extraordinária Compulsória"), na ocorrência de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula Oitava deste instrumento. **1.14.2.** Os recursos recebidos como produto de Amortização Extraordinária Compulsória das Debêntures devem ser utilizados pela Securitizadora para promover a amortização extraordinária dos CRI em uma Data de Pagamento, observada a Ordem de Prioridade de Pagamentos. **1.14.3.** Em qualquer hipótese, a Amortização Extraordinária Compulsória deverá obedecer ao limite de amortização de 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário. **1.14.4.** A Emissora terá a opção de realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, a qualquer tempo, sendo certo que a referida amortização extraordinária facultativa será realizada de acordo com as condições abaixo estabelecidas: **(i)** A Emissora solicitará a amortização extraordinária facultativa por meio de notificação à Securitizadora, com cópia ao Agente Fidejuário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data da efetiva amortização extraordinária facultativa; **(ii)** A data da amortização extraordinária facultativa deverá, obrigatoriamente, ser uma Data de Pagamento; **(iii)** Não será devido qualquer prêmio em caso de amortização extraordinária facultativa; **(iv)** A comunicação de amortização extraordinária facultativa deverá informar: **(a)** A Data de Pagamento pretendida para a amortização extraordinária facultativa; **(b)** O valor da amortização extraordinária facultativa; e **(c)** Quaisquer outras informações necessárias, a critério da Securitizadora, à operacionalização da amortização extraordinária facultativa. **1.14.5.** Os recursos necessários para realização da amortização extraordinária facultativa, deverão ser disponibilizados pela Emissora na Conta Centralizadora, até às 15:00hs (quinze horas) do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Pagamento em que será realizada a amortização extraordinária facultativa. Caso recursos necessários sejam depositados na Conta Centralizadora pela Emissora no mesmo dia da Data de Pagamento, a Emissora deverá depositar referidos recursos acrescidos dos encargos aplicados pelo banco liquidante, conforme aplicável. **1.15. Resgate Antecipado.** As Debêntures serão resgatadas antecipadamente exclusivamente de acordo com o disposto nesta Cláusula 4.15, e seguintes, sendo certo que não será permitido o resgate antecipado parcial das Debêntures. **1.15.1.** As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora. **1.15.2.** Considerando que as Debêntures não serão custodiadas eletronicamente junto à B3, o pagamento do resgate de Debêntures deverá ser feito diretamente na Conta Centralizadora. **1.15.3.** Os recursos recebidos como produto de resgate das Debêntures devem ser utilizados pela Securitizadora para promover o resgate dos CRI, observada a Ordem de Prioridade de Pagamentos. **1.15.4.** As Debêntures, serão obrigatoriamente resgatadas, nos termos da Cláusula Sexta, bem como na Data de Vencimento. **1.15.5.** A Emissora terá a opção de realizar o resgate antecipado facultativo das Debêntures a qualquer tempo, sendo certo que o referido resgate antecipado será realizado de acordo com as condições abaixo estabelecidas: **(i)** A Emissora solicitará o resgate antecipado facultativo por meio de notificação à Securitizadora, com cópia ao Agente Fidejuário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data do efetivo resgate antecipado facultativo; **(ii)** A data de resgate antecipado facultativo deverá, obrigatoriamente, ser uma Data de Pagamento; **(iii)** Não será devido qualquer prêmio em caso de resgate antecipado facultativo; **(iv)** A comunicação de resgate antecipado facultativo deverá informar: **(a)** A Data de Pagamento pretendida para o resgate antecipado facultativo; **(b)** O valor do resgate antecipado facultativo; e **(c)** Quaisquer outras informações necessárias, a critério da Securitizadora, à operacionalização do resgate antecipado facultativo. **1.15.6.** Os recursos necessários para realização do Resgate Antecipado Facultativo deverão ser disponibilizados pela Emissora, na Conta Centralizadora, até às 15:00hs (quinze horas) do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Pagamento em que será realizado o Resgate Antecipado. Caso recursos necessários sejam depositados na Conta Centralizadora pela Devedora no mesmo dia da Data de Pagamento, a Emissora deverá depositar referidos recursos acrescidos dos encargos aplicados pelo banco liquidante, conforme aplicável. **1.15.7.** O valor do resgate antecipado facultativo e todos os pagamentos relacionados às Debêntures com vencimento em data anterior à data do resgate antecipado facultativo serão devidos e deverão ser realizados pontualmente pela Emissora na forma prevista neste instrumento. **1.16. Tributos.** Todos os tributos, bem como quaisquer outros encargos que tenham ou venham a ter como fato gerador o presente instrumento, inclusive em decorrência de majoração de alíquota ou base de cálculo, com fulcro em norma legal ou regulamentar são de responsabilidade da Emissora e serão por ela integralmente suportados, se e quando devidos, acrescido de eventuais multas e penalidades. Caso qualquer órgão competente venha a exigir, mesmo que sob a legislação fiscal vigente, o recolhimento, pagamento e/ou retenção de quaisquer Tributos sobre este instrumento, ou a legislação vigente venha a sofrer qualquer modificação ou, por quaisquer outros motivos, novos Tributos venham a ter como fato gerador este instrumento, a Emissora será responsável pelo recolhimento, pagamento e/ou retenção destes Tributos. Nesta situação, a Emissora deverá acrescentar a tais pagamentos valores adicionais de modo que a Securitizadora receba os mesmos valores líquidos que seriam recebidos caso nenhuma retenção ou dedução fosse realizada. **1.17. Encargos Moratórios.** Ocorrendo impossibilidade no pagamento de qualquer quantia devida à Securitizadora nos termos deste instrumento, os débitos em atraso ficarão sujeitos aos Encargos Moratórios, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial. **1.18. Decadência dos Direitos aos Acréscimos.** O não comparecimento da Securitizadora para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas neste instrumento, ou em comunicado enviado pela Emissora à Securitizadora com cópia para o Agente Fidejuário, nos termos do Termo de Securitização, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. **1.19. Repactuação.** Não haverá repactuação programada das Debêntures. **1.20. Publicidade.** Todos os atos, anúncios, avisos e decisões decorrentes desta Emissão de Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses da Securitizadora, deverão ser obrigatoriamente publicados com forma venha a ser exigido nos termos da legislação aplicável, à época do acontecimento de tais eventos. **1.21. Liquidez e Estabilização.** Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures. **1.22. Classificação de Risco.** As Debêntures não serão objeto de classificação de risco (rating). **viii. Demais características:** as demais características das Debêntures encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e serão negociadas pela diretoria da Companhia. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula que não sejam aqui definidos de outra forma, terão o significado que lhes for atribuído na Escritura de Emissão. **5. Deliberações:** Após o exame, discussão e votação das matérias constantes da Orde do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, aprovar, na íntegra, todas as deliberações previstas na Ordem do Dia, autorizando, ainda, os Diretores e Administradores da Companhia a tomarem todas as providências, praticarem todos os atos necessários e celebrarem todos os instrumentos e documentos aplicáveis para efetuar as deliberações tomadas na presente AGE, incluindo eventuais retificações, ratificações e/ou aditamentos aos instrumentos que forem firmados no âmbito da Operação, bem como, a realizarem todos os procedimentos necessários para a correta formalização das deliberações aqui tomadas. **6. Encerramento:** Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, que, após lida e achada conforme, foi assinada por mim, Secretária, e pela Presidente da mesa, na forma do §1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. São Paulo/SP, 16 de dezembro de 2024. Certifico que a presente é cópia autêntica do original lavrado em livro próprio. Mesa: Presidente, Arthur Matarazzo Braga; Secretário, Astério Vaz Safatle.



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EPR Infraestrutura PR S.A.

CNPJ/MF nº 51.136.974/0001-38 – NIRE 35.300.618.041 – Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2024

1. Data, Horário e Local: 17 de dezembro de 2024, às 10:00 horas, na sede social da EPR Infraestrutura PR S.A. ("Companhia"), localizada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, 6º andar, sala nº 22, Jardim Paulistano, CEP 01.451-001. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades Por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas", arquivado na sede social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. **Enio Stein Jr.**; Secretário: Sr. **José Carlos Cassaniga**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** nos termos do estatuto social da Companhia, a outorga e constituição, sob condição suspensiva, pela Companhia, de alienação fiduciária das ações da EPR Litoral Pioneiro S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 51.137.031/0001-20 ("EPR Litoral Pioneiro" e "Alienação Fiduciária", respectivamente), nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças sob Condição Suspensiva", a ser celebrado entre a EPR Litoral Pioneiro, na qualidade de interveniente-anuente, a Companhia, na qualidade de detentora das ações alienadas, o Agente Fiduciário (conforme definido abaixo) e o BNDES (conforme definido abaixo) ("Contrato de Alienação Fiduciária") em garantia de determinadas obrigações a serem assumidas pela EPR Litoral Pioneiro no âmbito **(a)** da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da EPR Litoral Pioneiro, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória sob condição suspensiva, em 6 (seis) séries, no valor total de R\$ 5.550.900.000,00 (cinco bilhões, quinhentos e cinquenta milhões e novecentos mil reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, sob o rito de registro automático, destinada a Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente), e do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória Sob Condição Suspensiva, em 6 (Seis) Séries, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da EPR Litoral Pioneiro S.A." a ser celebrado entre a EPR Litoral Pioneiro, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário das Debêntures ("Agente Fiduciário"), e a EPR 2 Participações S.A., na qualidade de interveniente garantidora ("EPR 2 Participações" e "Escritura de Emissão", respectivamente) e **(b)** do financiamento de longo prazo, a ser contratado pela EPR Litoral Pioneiro, junto Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES", e, em conjunto com o Agente Fiduciário, os "Credores"), no valor de R\$ 829.580.000,00 (oitocentos e vinte e nove milhões, quinhentos e oitenta mil reais), nos termos do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito" a ser celebrado entre a EPR Litoral Pioneiro e o BNDES, dentre outras partes ("Financiamento BNDES" e "Contrato de Financiamento BNDES", respectivamente, e Contrato de Financiamento BNDES, em conjunto com a Escritura de Emissão, os "Instrumentos de Financiamento"); **(ii)** a outorga, pela Companhia, de procuração no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária, por meio da qual a Companhia conferirá poderes aos Credores para o exercício dos seus direitos previstos no Contrato Alienação Fiduciária, devendo permanecer válida e em pleno vigor e efeito até que as Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária) tenham sido integralmente satisfeitas ("Procuração"); **(iii)** a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do Contrato de Financiamento BNDES; **(iv)** a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à **(a)** outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária, nos termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária; **(b)** outorga, pela Companhia, da Procuração; **(c)** discussão, negociação e definição dos termos e condições da Alienação Fiduciária e do Financiamento BNDES; e **(d)** celebração, pela Companhia, do Contrato de Alienação Fiduciária, do Contrato de Financiamento BNDES e de quaisquer aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos; e **(v)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de procuradores da Companhia, com relação aos itens (i) a (iv) desta ordem do dia. **5. Deliberações:** Após exame e discussões, os acionistas da Companhia deliberaram sobre os itens constantes da Ordem do Dia e decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: **5.1.** Aprovar a outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, em garantia de determinadas obrigações a serem assumidas pela EPR Litoral Pioneiro no âmbito dos Instrumentos de Financiamento; **5.2.** Aprovar a outorga, pela Companhia, da Procuração; **5.3.** Aprovar a celebração, pela Companhia, do Contrato de Financiamento BNDES; **5.4.** Aprovar a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à **(a)** outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária, nos termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária; **(b)** outorga, pela Companhia, da Procuração; **(c)** discussão, negociação e definição dos termos e condições da Alienação Fiduciária e do Financiamento BNDES; e **(d)** celebração, pela Companhia, do Contrato de Alienação Fiduciária, do Contrato de Financiamento BNDES e de quaisquer aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos; e **5.5.** Aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de procuradores da Companhia, com relação aos itens aprovados acima. **6. Encerramento e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Enio Stein Jr., Secretário: José Carlos Cassaniga. *Confere com o documento original lavrado em livro próprio.* São Paulo/SP, 17 de dezembro de 2024. **Mesa:** Enio Stein Jr. – Presidente; José Carlos Cassaniga – Secretário.

EPR 2 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 – NIRE 35.300.605.306

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2024

I. Data, Horário e Local: 17 de dezembro de 2024, às 9:00 horas, na sede social da EPR 2 Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01451-001. **II. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração, via conferência eletrônica, na forma disposta no Estatuto Social da Companhia. Em razão do quórum verificado, o Presidente deu por instalada a Reunião do Conselho de Administração. **III. Mesa:** Presidente: Sra. **Fernanda Bassanesi**; Secretário: Sr. **Lucas Barbosa Rodrigues**. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, sob condição suspensiva, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela EPR Litoral Pioneiro S.A. ("Emissora"), no âmbito: **(a)** da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória sob condição suspensiva, em 6 (seis) séries, no valor total de R\$ 5.550.900.000,00 (cinco bilhões, quinhentos e cinquenta milhões e novecentos mil reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente), e do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória Sob Condição Suspensiva, em 6 (Seis) Séries, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da EPR Litoral Pioneiro S.A." a ser celebrado entre a Emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário das Debêntures ("Agente Fiduciário"), e a Companhia, na qualidade de interveniente garantidora ("Escritura de Emissão"); e **(b)** do financiamento de longo prazo junto Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES", e, em conjunto com o Agente Fiduciário, os "Credores"), no valor de R\$ 829.580.000,00 (oitocentos e vinte e nove milhões, quinhentos e oitenta mil reais), nos termos do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito" a ser celebrado entre a Emissora, o BNDES e a Companhia, dentre outras partes ("Financiamento BNDES" e "Contrato de Financiamento BNDES", respectivamente, e Contrato de Financiamento BNDES, em conjunto com a Escritura de Emissão, os "Instrumentos de Financiamento"), sendo considerada válida a partir da data da publicação de ato ou decreto do Poder Concedente, decisão arbitral e/ou judicial com efeitos imediatos, exceto caso a Emissora obtenha efeito suspensivo dentro do prazo legal, ou da celebração de acordo entre a Emissora e o Poder Concedente, determinando o término antecipado do Contrato de Concessão ("Condição Suspensiva Fiança Término Antecipado da Concessão"), e desde que a Condição Suspensiva Fiança Término Antecipado da Concessão se implemente antes da Conclusão Total do Projeto (conforme definido nos Instrumentos de Financiamento), nos termos e condições previstos nos Instrumentos de Financiamento ("Fiança"); **(ii)** autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes **(a)** a outorga e constituição, pela Companhia, da Fiança, e **(b)** a negociação e celebração, pela Companhia, dos Instrumentos de Financiamento e de quaisquer aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos; e **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de representantes legais e/ou procuradores, decorrentes e/ou relacionados às matérias constantes nos itens anteriores. **V. Deliberações:** Colocadas em discussão as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade e sem ressalvas, resolveram: **(i)** aprovar a outorga, pela Companhia, da Fiança; **(ii)** aprovar a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes **(a)** a outorga e constituição, pela Companhia, da Fiança; e **(b)** a negociação e celebração, pela Companhia, dos Instrumentos de Financiamento e de quaisquer aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e demais documentos relacionados aos referidos instrumentos; **(iii)** ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de representantes legais e/ou procuradores, decorrentes e/ou relacionados às deliberações anteriores. **VI. Encerramento e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, da qual se lavrou a presente ata, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76, e que lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **VII. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Fernanda Bassanesi. Secretário: Lucas Barbosa Rodrigues. *Confere com o documento original lavrado em livro próprio.* São Paulo/SP, 17 de dezembro de 2024. **Mesa:** Fernanda Bassanesi – Presidente; Lucas Barbosa Rodrigues – Secretário.

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 10:00h, do dia 06 de janeiro de 2025, na sede social, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link [https://abrir.link/tXchP](#), bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Abertura de nova filial no bairro do Morumbi, cidade de São Paulo, estado de São Paulo; **b.** Alteração do endereço da sede da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 17 de dezembro de 2024. **Leonardo Rosendo Fiuzu** – Diretor. (18, 19 e 20/12/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infracommerce CXAAS S.A.

CNPJ/MF nº 38.456.921/0001-36 – NIRE 35.300.557.361

Extrato da Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 07/11/2024
1. Data, Horário e Local: Realizada em 07/11/2024, às 16:00 horas, na sede da Infracommerce CXAAS S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Art. 13, parágrafo segundo, do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Ivan Luiz Murias dos Santos, João de Saint Brisson Paes de Carvalho, Carlos Brito Claissac, Carlos Alberto Prioli e Sra. Estela Vieira. **3. Mesa:** Presidente: Ivan Luiz Murias dos Santos; Secretária: Amanda Pires de Almeida. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **4.1.** Tendo em vista (i) o recebimento, em 04/11/2024, de notificação do titular das notas comerciais emitidas pela Companhia, GB Securitizadora S.A., nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em 3 (três) séries, para colocação privada, da 3ª (terceira) emissão da Companhia, celebrado em 21/10/2024 ("Termo de Emissão" e "Notas Comerciais", respectivamente) solicitando o resgate antecipado obrigatório ordinário de 22.275 (vinte e duas mil, duzentas e setenta e cinco) Notas Comerciais da 1ª (primeira) série, conforme direito previsto na cláusula 6.4 do Termo de Emissão, a qual foi arquivada na sede da Companhia ("Notificação"), cujo montante total equivale ao valor nominal unitário, acrescido de remuneração incidente sobre as Notas Comerciais a serem resgatadas, incluindo eventuais encargos moratórios, calculado desde 30/10/2024 até a presente data, totalizando, portanto, R\$ 22.379.247,00 (vinte e dois milhões, trezentos e setenta e nove mil e duzentos e quarenta e sete reais) ("Crédito das Notas Comerciais"); (ii) os termos previstos no 3º Aditivo ao Contrato de Direitos e Obrigações de Diretor celebrado entre a Companhia e o Sr. Ivan Luiz Murias dos Santos, na qualidade à época de Diretor/Presidente da Companhia, e a Companhia e o Sr. Matias Lengler Michaelsen, na qualidade de Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores da Companhia (em conjunto, "Diretores"; e "Aditivos", respectivamente), os quais preveem a capitalização de créditos anteriormente devidos aos Diretores decorrentes do valor líquido de incentivos remuneratórios, após retidos e descontados todos os tributos aplicáveis, no valor total de R\$1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil reais) ("Crédito dos Diretores", em conjunto com o Crédito das Notas Comerciais, os "Créditos"), a **aprovação** de aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a subscrição privada de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia ("Ações"), nos termos do §2º do art. 171 da Lei das Sociedades por Ações ("Aumento de Capital"), para fins de capitalização dos Créditos; **4.2.** Tendo em vista as deliberações das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 06/12/2023 e em 14/12/2023 ("RCAs dos Bônus de Subscrição"), por meio das quais foram aprovadas, dentre outras matérias, a emissão de 83.333.333 (oitenta e três milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três) bônus de subscrição, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores de ações de emissão da Companhia, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de Ações, realizada no Brasil, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Bônus de Subscrição"), bem como seus termos e condições, a **aprovação** do período no qual os Bônus de Subscrição serão exercíveis; **4.3. A aprovação** para a Administração da Companhia e/ou seus respectivos procuradores, conforme o caso, a praticar(em) todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessários relacionados às deliberações desta reunião, incluindo, mas não se limitando a (i) celebração de todos os documentos e aditamentos necessários à formalização das deliberações desta reunião, assim como qualquer outro instrumento, aditamento, requerimento, formulário, declaração e termo relacionado às deliberações desta reunião; e (ii) discussão, negociação e definição de todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis a todos e quaisquer outros instrumentos, aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e/ou demais documentos pertinentes às deliberações desta reunião; e **4.4. A aprovação e ratificação** de todos os atos já praticados pela Administração da Companhia e/ou seus procuradores, conforme o caso, relacionados às matérias constantes dos itens acima. **5. Deliberações:** Iniciada a reunião, os membros do Conselho de Administração apreciaram, discutiram e deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições (exceto no que tange a deliberação do Aumento de Capital, a qual o Sr. Ivan Luiz Murias dos Santos se absteve), as seguintes matérias da Ordem do Dia: **5.1. Aprovar** o Aumento de Capital, nos termos do Estatuto Social da Companhia, mediante a emissão, para subscrição privada, das novas Ações, observados os termos e condições a seguir indicados: **a. Quantidade de Ações:** Serão emitidas 160.394.980 (cento e sessenta milhões, trezentos e noventa e quatro mil e novecentos e oitenta) Ações; **b. Preço de Emissão:** O preço de emissão será de R\$ 0,15 (quinze centavos) por Ação ("Preço de Emissão das Ações"), fixado nos termos do artigo 170, parágrafo primeiro, inciso III da Lei das Sociedades por Ações e observado os termos do Termo de Emissão e dos Aditivos, levando-se em consideração a média ponderada da cotação diária das ações de emissão da Companhia, no fechamento do pregão, na bolsa de valores, B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), ponderando pelo volume diário de ações negociadas, no período dos últimos 30 (trinta) pregões, realizados entre 26/09/2024 (inclusive) e 06/11/2024 (inclusive), sem qualquer ágio ou deságio; **c. Valor do Aumento de Capital:** R\$ 24.059.247,00 (vinte e quatro milhões, cinquenta e nove mil e duzentos e quarenta e sete reais); **d. Destinação dos Recursos:** O Aumento de Capital tem por finalidade a capitalização dos Créditos com a consequente redução do endividamento da Companhia, em linha, inclusive, com o previsto no plano de reestruturação da Companhia em curso; **e. Direito de Preferência e Data de Corte:** Sem prejuízo da capitalização dos Créditos, nos termos do artigo 171, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, será assegurado o direito de preferência para subscrição das Ações objeto do Aumento de Capital pelos acionistas da Companhia ("Direito de Preferência"), observados os procedimentos estabelecidos pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, agente escriturador das ações de emissão da Companhia ("Escriturador"), e pela Central Depositária de Ativos da B3 ("Central Depositária de Ativos"), sendo as ações de emissão da Companhia negociadas ex-direito de subscrição a partir de 13/11/2024 (inclusive); **f. Forma de Integralização:** Exceto com relação aos titulares dos Créditos, as Ações serão integralizadas à vista pelos acionistas que exercerem o seu respectivo Direito de Preferência, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, observadas as regras e procedimentos próprios do Escriturador e da Central Depositária de Ativos. Os valores integralizados no âmbito do exercício do Direito de Preferência serão destinados, nos termos do §2º do art. 171 da Lei das Sociedades por Ações, do Termo de Emissão e dos Aditivos, ao titular dos Créditos das Notas Comerciais e aos Diretores de forma *pro rata*, considerando o montante dos respectivos Créditos; **g. Prazo de Exercício do Direito de Preferência:** O prazo de exercício do Direito de Preferência para subscrição de Ações terá início em 13/11/2024 (inclusive) e término em 12/12/2024 (inclusive) ("Prazo de Exercício do Direito de Preferência"); **h. Tratamento de Sobras:** Após o Prazo de Exercício do Direito de Preferência, em linha com o previsto no item 7.8.1 do Ofício Circular/Anual-2024- CVM/SEP, ainda que existam sobras de Ações não subscritas no âmbito do Direito de Preferência, não haverá o seu respectivo rateio, sendo certo que, neste caso, serão entregues, diretamente e de forma *pro rata*, considerando o montante dos respectivos Créditos, ao titular dos Créditos das Notas Comerciais e aos Diretores; **i. Cessão do Direito de Preferência:** Observadas as formalidades aplicáveis, o Direito de Preferência poderá ser livremente cedido, a título gratuito ou oneroso, pelos acionistas da Companhia a terceiros, nos termos do artigo 171, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações; **j. Homologação:** Após a subscrição e integralização das Ações no Aumento de Capital, será convocada nova reunião do Conselho de Administração da Companhia para homologação do Aumento de Capital, dentro do limite do capital autorizado, sendo certo que não haverá possibilidade de homologação parcial do Aumento de Capital. Os Créditos serão considerados integralmente capitalizados, para todos e quaisquer fins, na data de homologação do Aumento de Capital pelo Conselho de Administração da Companhia; **k. Direitos das Ações:** As novas Ações a serem emitidas farão jus de forma integral a todos os benefícios, incluindo dividendos, juros sobre o capital próprio, bonificações e eventuais remunerações de capital que vierem a ser declarados pela Companhia, a partir da data de realização da homologação do Aumento de Capital; e **l. Informações Adicionais:** Procedimentos de subscrição e outras informações, bem como os demais termos e condições do Aumento de Capital são apresentados, de forma detalhada, no Fato Relevante e Aviso aos Acionistas a serem divulgados nesta data, em conformidade com o disposto no artigo 33, inciso XXXI e no Anexo E, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, conforme alterada, os quais também são ora aprovados. **5.2. Aprovar**, considerando as deliberações aprovadas nas RCAs dos Bônus de Subscrição, o período no qual os Bônus de Subscrição serão exercíveis, o qual ocorrerá em período único, a partir de 08/11/2024 (inclusive) até 14/11/2024 (inclusive) ("Período de Exercício"), de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Escriturador e pela Central Depositária de Ativos, cujo preço de exercício será de R\$0,15 (quinze centavos), correspondente a média ponderada da cotação diária das ações de emissão da Companhia, no fechamento do pregão, na bolsa de valores, B3, ponderando pelo volume diário de ações negociadas, no período dos últimos 60 (sessenta) pregões, realizados entre 15/08/2024 (inclusive) e 06/11/2024 (inclusive), e aplicando-se um deságio de 15% (quinze por cento), bem como as demais informações que serão divulgadas pela Companhia por meio de Aviso aos Acionistas, o qual também é ora aprovado. Após o Período de Exercício, (i) os Bônus de Subscrição reputar-se-ão extintos de pleno direito; e (ii) a Companhia realizará, conforme o caso, reunião do Conselho de Administração para deliberar sobre o aumento e homologação do seu capital social decorrente do eventual exercício de Bônus de Subscrição, dentro dos limites de capital autorizado da Companhia, nos termos do seu Estatuto Social; **5.3. A aprovação** para a Administração da Companhia e/ou seus respectivos procuradores, conforme o caso, praticar(em) todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessários relacionados às deliberações desta reunião, incluindo, mas não se limitando a (i) celebração de todos os documentos e aditamentos necessários à formalização das deliberações desta reunião, assim como qualquer outro instrumento, aditamento, requerimento, formulário, declaração e termo relacionado às deliberações desta reunião; e (ii) discussão, negociação e definição de todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis a todos e quaisquer outros instrumentos, aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos e/ou demais documentos pertinentes às deliberações desta reunião; e **5.4. A aprovação** e ratificação de todos os atos já praticados pela Administração da Companhia relacionados às aprovações mencionadas nos itens acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, assinada por todos os presentes. **Composição da Mesa:** Ivan Luiz Murias dos Santos, Presidente; Amanda Pires de Almeida, Secretária. **Membros do Conselho de Administração:** Srs. Ivan Luiz Murias dos Santos, João de Saint Brisson Paes de Carvalho, Carlos Brito Claissac, Carlos Alberto Prioli e Sra. Estela Vieira. *Atesto que as deliberações acima foram extraídas da Ata lavrada no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 07/11/2024. JUCESP nº 428.627/24-9 em 26/11/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.*

VR Desenvolvimento de Negócios S.A.

CNPJ/MF nº 07.868.786/0001-02 – NIRE 35.300.328.965

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de novembro de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada em 17 de novembro de 2022, às 10 horas, na sede social da VR Desenvolvimento de Negócios S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Bandeirantes, nº 460, Brooklin Paulista, CEP 04553-900. **2. Convocação e Presença:** Formalidades de convocação dispensadas nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no livro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente, Sr. **Marcio Del Nero**, e Secretária, Dra. **Simone Luis Fernandes Marques**. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a incorporação, pela Companhia, da **Nova Pedreira Holdings S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.585.535/0001-98, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 8º andar, parte, CEP 01455-000 ("Incorporada"), nos termos e condições do "Protocolo e Justificação de Incorporação" da Incorporada pela Companhia, celebrado em 17 de novembro de 2022 entre as administrações da Companhia e a Incorporada constante do **Anexo I** a esta ata ("Protocolo" e "Incorporação", respectivamente); (ii) a ratificação da nomeação e contratação da **GGP Consultoria Ltda.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.792.386/0001-63, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP016081/0, com sede na Cidade de São Pulo, Estado São Paulo, Rua da Consolação, nº 439 – 1º andar, CEP 01301-000 ("Avaliadora"), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido para fins da Incorporação com na data-base de 31 de outubro de 2022 ("Laudo"); (iii) a aprovação do Laudo; (iv) a aprovação do encerramento do estabelecimento onde se localiza a sede da Incorporada; (v) a extinção da Incorporada; e (vi) a autorização e ratificação de todos os atos dos administradores da Companhia necessários à implementação e efetivação da Incorporação, se aprovadas as matérias anteriores. **5. Deliberações:** Após o exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: **5.1. Incorporação.** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, a Incorporação, nos exatos termos e condições descritos no Protocolo, e declarar, nos termos do artigo 227, § 3º da Lei das S.A., em decorrência da Incorporação, a extinção da Incorporada, a qual é sucedida, a título universal e para todos os fins de direito, pela Companhia. **5.1.1.** Fica consignado que a Incorporação não implicará na emissão de novas ações pela Companhia considerando que: (i) a Companhia é titular de todas as 13.002.700 (treze milhões, duas mil e setecentas) ações ordinárias e 13.002.700 (treze milhões, duas mil e setecentas) ações preferenciais de emissão da Incorporada, inexistindo qualquer relação de troca com ações de emissão da Companhia; (ii) as ações de emissão da Incorporada e de titularidade da Companhia são extintas no ato da Incorporação; (iii) por força do método da equivalência patrimonial, o valor contábil do investimento da Companhia na Incorporada corresponde proporcionalmente ao valor do patrimônio líquido da Incorporada. **5.2. Protocolo.** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, o Protocolo, bem como seus termos e condições, que passam integrar esta ata como **Anexo I**. O Protocolo foi elaborado com base nos artigos 224 a 227 da Lei das S.A. e estabelece os termos e condições da Incorporação da Incorporada pela Companhia. **5.3. Avaliadora.** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, a ratificação da nomeação e da contratação da Avaliadora como empresa especializada responsável pela elaboração do Laudo. Eventuais variações patrimoniais apuradas entre a data-base do Laudo e a data da aprovação da Incorporação serão absorvidas pela Companhia e registradas diretamente em suas demonstrações financeiras. **5.4. Laudo.** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, integralmente o Laudo preparado pela Avaliadora, nos termos do **Anexo 3.1** do Protocolo, elaborado de acordo com o balanço patrimonial preparado pela administração da Incorporada na data-base de 31 de outubro de 2022 a R\$ 21.222.785,10 (vinte e um milhões, duzentos e vinte e dois mil, setecentos e oitenta e cinco reais e dez centavos). Foi dispensada a elaboração do laudo de avaliação a preço de mercado de que trata o artigo 264 da Lei das S.A. **5.5. Encerramento da sede da Incorporada.** Aprovar o encerramento do estabelecimento onde está localizada a sede da Incorporada, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 8º andar, parte, CEP 01455-000. **5.6. Extinção da Incorporada.** Declarar a Incorporada extinta e a consequente sucessão universal da Incorporada pela Companhia, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A., a qual assume, portanto, todos os ativos, passivos, direitos e obrigações da Incorporada, sem qualquer solução de continuidade. **5.7.** Autorizar a Diretoria da Companhia à prática de todos os atos necessários para a implementação das matérias aprovadas pela presente Assembleia Geral Extraordinária, bem como os registros e averbações necessários junto aos órgãos competentes, incluindo, mas não se limitando, ao registro e publicação da presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a palavra foi oferecida a todos que dela quisessem fazer uso e, ninguém se manifestando, a Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada, após a qual a presente ata foi lavrada, lida e assinada por todos os acionistas presentes. **7. Certificado e Autorização:** A secretária certifica que esta é uma cópia fiel da ata registrada no livro próprio. A lavratura da ata na forma sumária foi autorizada pelos acionistas da Companhia, conforme previsto no artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. **8. Assinaturas:** **Marcio Del Nero** – Presidente; e Dra. **Simone Luis Fernandes Marques** – Secretária; Acionistas Presentes: **Claudio Szajman, André Szajman, Carla Szajman Arazi e Tuvia Real Estate Sarf** (p. Claudio Szajman). São Paulo, 17 de novembro de 2022. Mesa: **Marcio Del Nero** – Presidente da Mesa; **Simone Luis Fernandes Marques** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 687.276/22-6 em 08/12/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 19/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

